

ATA DA 4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA EJUD4 EM 2018

- 1. Aprovação da ata da Reunião de 18-6-2018;**
- 2. Pesquisa comparativa entre Ejuds - Contabilização das horas de docência de Magistrados do Tribunal;**
- 3. Minuta do Parecer de Vitaliciamento da Juíza Camila Tesser Wilhelms; e**
- 4. Assuntos Gerais.**

Aos 09 dias do mês de julho de 2018, na presença da Diretora da Escola Judicial, Desembargadora Carmen Gonzalez; do Vice-Diretor da Escola Judicial, Desembargador Ricardo Martins Costa; dos Conselheiros da Escola Judicial Teresinha Maria D. S. Correia (Desembargadora Aposentada); Tânia Regina Silva Reckziegel (Desembargadora); Marcelo José Ferlin D'ambroso (Desembargador); João Paulo Lucena (Desembargador); Adriano Santos Wilhelms (Juiz do Trabalho); Maria Cristina Santos Perez (Juíza do Trabalho); e Carmen Lígia Machado da Silva (Servidora do TRT4) tem início a 4ª Reunião do Conselho Consultivo da entidade no presente ano. Redige a presente ata o Secretário da Escola Judicial, Diogo Grimberg, também presente à reunião. Apurado o quórum previsto no art. 14, parágrafo único, da RA TRT4 49/2017, a Diretora inaugura os trabalhos.

- 1. Aprovação da ata da Reunião de 18-6-2018:** Aprovada sem ressalvas, por unanimidade, conforme disponibilizada no *Sistema NovaJus4*.
- 2. Pesquisa comparativa entre Ejuds - Contabilização das horas de docência de Magistrados do Tribunal:** A Diretora apresenta o tema. Relembra reunião do Conselho em que definidas as regras vigentes de contabilização das horas de docência. Destaca, a propósito, os números de tabela disponível na *aba consultas*, os quais foram apurados pela Secretaria da Escola. Esses números aludem à maneira por que as Escolas dos

maiores Tribunais Regionais do Trabalho contabilizam as horas de docência de seus magistrados. O Conselho delibera por reincluir o tema na pauta de sua próxima reunião, no intuito de que eventual decisão a respeito esteja respaldada por maior tempo de estudo e reflexão.

3. Minuta do Parecer de Vitaliciamento da Juíza Camila Tesser

Wilhelms: A Diretora realiza breve resumo da minuta, a qual está integralmente disponível na *aba consultas*. O Conselheiro Adriano, esposo da vitalicianda, declara-se impedido de opinar. A Conselheira Carmen Lígia, com base no regulamento da Escola, também se encontra impedida de opinar. Os demais Conselheiros, cientes da minuta, concordam integralmente com os seus termos.

4. Assuntos Gerais:

A Diretora atualiza informações sobre futuro termo de cooperação a ser firmado com a Universidade de Syracuse, sediada em Nova York, consoante apreciado na última reunião do Conselho. Sinala que a Escola está em contato, a respeito, com o professor Antônio Gidi, que atua naquela instituição de ensino. A Diretora sinala que está em andamento projeto, já conhecido do Conselho, de produção e editoração da nova revista da Escola, de cunho científico. Sinala que a professora Acácia Zeneida Kuezer, consultora pedagógica da Escola, deverá se reunir proximamente com os editores chefe e substituto do periódico, a saber, o Juiz do Trabalho Leandro Krebs Gonçalves e o Desembargador Aposentado José Felipe Ledur. A Diretora tece considerações sobre cursos de segurança pessoal oferecidos pela Escola, sinalando contatos mantidos com a Polícia Federal e com a ACADEPOL. Informa que, no início de 2019, a Escola manterá contato com o Exército Brasileiro, no intuito de se integrar em curso tradicionalmente oferecido pela instituição. O Conselheiro Adriano faz elogio a curso promovido pela Escola, em parceria com a ACADEPOL, no ano de 2017, sinalando sua qualidade. A Diretora refere a iminente realização do curso de especialização em Relações de Trabalho, em parceria com a UFRGS, bem como do curso sobre transtornos mentais relacionados ao trabalho, em parceria com IPq, da USP. Nesse último caso, sublinha a estratégia da Escola, que trouxe a Porto Alegre, no intuito de ampliar a oportunidade de acesso, atividade formativa tradicionalmente realizada em São Paulo. O Vice-

Diretor sinaliza o propósito de realizar uma reunião da Comissão do Mestrado, instituída no âmbito do Conselho, até o final de agosto. Sublinha haver mantido contato com o Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFRGS, professor Rodrigo Valin de Oliveira, que se mostrou receptivo à ideia da promoção de um mestrado profissionalizante. Os Conselheiros Adriano e Marcelo consideram que o mestrado não precisaria assumir, necessariamente, natureza profissionalizante, cogitando a hipótese da compra de vagas, simplesmente, nos moldes do que se realizou no caso da especialização lato sensu da UFRGS. A esse respeito, a Conselheira Teresinha relembra posição da Enamat no sentido de não estimular a promoção de mestrados acadêmicos por Escolas Judiciais, pois sua vocação seria formar docentes, e não capacitar juízes para o desempenho de suas atribuições funcionais. A Diretora sublinha que o tema pode ser amadurecido no correr dos estudos próprios da Comissão, mediante oportuno retorno ao Conselho. A Diretora agradece a presença de todos e sublinha o agendamento da próxima reunião do Conselho para o dia 20 de agosto de 2018.